



CALL CENTERS

REUNIÃO DO COMITÉ DE DIÁLOGO SOCIAL PARA O TRABALHO TEMPORÁRIO DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

SINTTAV PARTICIPA E CONTRIBUI PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Importância do Diálogo Social. O SINTTAV considera que o Diálogo Social desde que assumido com seriedade pelos Parceiros Sociais, pode ser um meio muito importante para a resolução dos problemas laborais e por isso participa neste em todos os níveis onde o mesmo se desenrola.

Ao nível Europeu. Hoje ao nível da Comissão Europeia estão constituídos cerca de cinco dezenas de Comités de Diálogo Social, abrangendo a grande maioria dos sectores de actividade e o SINTTAV participa activamente naqueles que dizem respeito aos sectores de actividade que sindicalmente o nosso Sindicato representa, entre estes o Comité de Diálogo Social do Trabalho Temporário.

Comité e última reunião. Este Comité é constituído por um representante da Comissão Europeia, pelos Sindicatos do sector filiados na UNI, entre eles o SINTTAV e pela EuroCIETT que representa os Empregadores. A última reunião deste Comité teve lugar no passado dia 16 de Outubro e da qual se transmitem os temas tratados bem assim como as conclusões tiradas na mesma.

1. Em regra o primeiro ponto é a aprovação da acta da reunião anterior e a Ordem de Trabalhos da própria reunião, em relação a cujos temas não houve objecções, seguindo-se a Ordem de Trabalho.

2. **Projecto conjunto sobre “ Trabalho Temporário e a transição no mercado de trabalho” – Actualização de informações.** Em relação a este tema foi confirmada a apresentação dos resultados em 19 de Dezembro pela Comissão Europeia.

3. Apresentação pela Comissão Europeia de elementos chave sobre o Pacote para o Emprego e informações da Conferência de Alto Nível de 6 e 7 de Setembro de 2012.

No que concerne a este tema, a Comissão Europeia fez uma apresentação sobre o emprego na União Europeia onde Portugal aparece no 3º lugar com mais desemprego e particularmente no que respeita ao desemprego dos jovens.

Um dos pontos centrais desta apresentação era a intenção de incentivar os empregos “verdes”, a saúde e o auto-emprego(recibos verdes).

Porém, como foi provado, estas medidas demonstram um total desconhecimento da realidade, que não tem sido atenuada com as medidas que os Governos dos países em crise têm vindo a tomar.

Tanto o SINTTAV como os camaradas de Espanha manifestaram a sua total descrença nestas medidas e criticaram a ideia da União Europeia acreditar que estas medidas são solução futura para o emprego.

Por seu lado EuroCIETT quer afirmar-se como agência de emprego paralelamente às governamentais e insiste numa maior flexibilidade externa para a movimentação de trabalhadores entre os Estados Membros.

A UNI referiu que o auto-emprego (recibos Verdes) são uma realidade já preocupante a nível social, que não resolve o emprego dos Jovens e sem apoio e incremento na fiscalização pode ter consequências futuras muito graves no relacionamento laboral.

4. **Regulação do Trabalho Temporário.** A transposição da Directiva 2008/104/EC já foi dada como efectiva em

vários dos Estados Membros, mas na maioria dos casos sem consulta dos parceiros sociais e sem qualquer fiscalização por parte da Comissão Europeia o que torna o seu conteúdo ainda mais frágil.

O SINTTAV aproveitou a discussão deste tema, para transmitir que as alterações sucessivas às leis laborais têm sido aproveitadas pelo patronato/governo para retirar direitos aos trabalhadores.

Igualmente o SINTTAV fez alusão ao facto de, a pretexto da grave crise económica, outro dos objectivos das alterações às Leis Laborais é retirar eficácia à Contratação Colectiva ou eliminá-la mesmo através da caducidade dos Contratos, já que o patronato se recusa a negociar e passados os prazos definidos cai-se na lei geral.

Este tipo de actuação é comum nos países em crise e cada vez se acentua mais.

Neste contexto e com o objectivo de travar esta situação, foi solicitado à Comissão Europeia e à UNI a tomada de uma resolução mais firme acerca deste assunto.

Porém, vale a pena referir, que mesmo neste quadro tão adverso para os trabalhadores, a actuação e os resultados não são idênticos em todos os Estados Membros, sendo a realidade muito diferente.

Por exemplo na Holanda e Bélgica já foi alargado o uso de utilização pelos trabalhadores temporários das instalações e apoios tais como as cantinas, transportes e creches das empresas utilizadoras.

5. Promoção do Diálogo Social. Sobre este tema, foi feita uma apresentação pela Suécia, que não obstante algo confusa pela diferenciação que é feita neste país entre os trabalhadores designados de “Colarinho Branco e Colarinho Azul”, mesmo assim deixou bem claras as garantias mínimas de pagamento aos trabalhadores temporários em caso de não terem colocação, que ronda os 80% do vencimento mensal.

Como se considera que o Diálogo Social pode ser muito importante na defesa dos direitos dos trabalhadores, no que diz respeito à sua promoção, vai ser iniciado o desenvolvimento de um projecto de financiamento para a Croácia para que os Parceiros Sociais percebam bem a sua importância e o assumam.

6. Programa de trabalho futuro. A avaliação que foi feita à implementação do programa de trabalho de

2011/2012 foi considerada como positiva mas não concluída, pelo que ambas as partes defenderam a sua continuação com a adição de novos temas.

Assim, o novo programa para 2013/2014 será apresentado, discutido e aprovado na primeira reunião do Comité de Diálogo Social de 2013.

A EuroCIETT quer que seja incluído no programa o seguimento da Directiva de deslocação de trabalhadores e o acompanhamento de Acordos Colectivos de Trabalho na Dinamarca, Holanda, Alemanha, Áustria, Itália, Espanha, Suécia e Suíça (fora da União Europeia).

Também propôs que seja realizado um estudo conjunto para se analisar em que medida as formas de trabalho desenvolvido pelas Empresas de Trabalho Temporário pode ser comparadas a outras entidades no que diz respeito às condições sociais e de formação no mercado de trabalho.

A UNI concorda com o estudo destes acordos e em ver a viabilidade de estudar o caso Suíço e propôs também que o estudo das questões de Segurança e Saúde no Trabalho seja discutida na reunião prévia e que também se possa juntar a este tema a protecção social na saúde e desemprego.

A UNI ainda propôs que se inclua no programa o acompanhamento da crise no sector tanto no emprego como no diálogo social.

CONCLUSÃO. Em jeito de conclusão, considerou-se que o Programa de Trabalho de 2011/2012 se mantém actual e que com algumas novas inclusões será mantido em 2013/2014.

Uma nota digna de registo, foi a sucessiva falta de comparência das Empresas de Trabalho Temporário Portuguesas, não procurando em conjunto com os Parceiros Sociais soluções para os muitos problemas que têm, parece que continuam a “pretender viver sós”, não percebem que o isolamento não conduz a nada de positivo.

O SINTTAV por sua vez participa regular e activamente em todas as reuniões, procurando dar o seu contributo para a resolução dos problemas de uma camada social que é de todas a mais desprotegida, que são os “Trabalhadores Temporários” e como tal, estes sabem que podem contar com o SINTTAV.

**SEMEAR IDEIAS, PARA GERAR CONSCIÊNCIAS, É DEVER SINDICAL
SINTTAV, O SINDICATO QUE TE DEFENDE. SINDICALIZA-TE NO SINTTAV.**

Consulte a nossa página em www.sinttav.org